



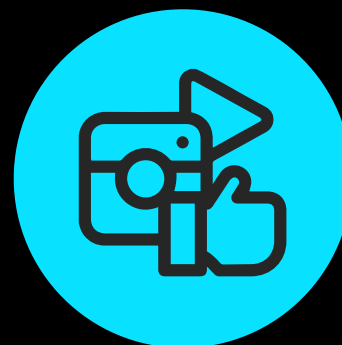
AS REGRAS



Anúncios políticos-eleitorais devem seguir regras específicas



**Legislação
eleitoral**



**Política de uso
das plataformas**

Legislação eleitoral para impulsionamentos



**Impulsioneamento em
pré-campanha é permitido**



Texto compilado

Tribunal Superior Eleitoral
Secretaria de Gestão da Informação
Coordenadoria de Jurisprudência
Seção de Legislação



RESOLUÇÃO Nº 23.610, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral.

Art. 3º-B. O impulsionamento de conteúdo político-eleitoral, nos termos como permitido na campanha também será permitido durante a pré-campanha, desde que não haja pedido explícito de votos e que seja respeitada a moderação de gastos.



**Porém...
cuidado com**



**Volume do
investimento**



**Campanha
extemporânea**



Minha recomendação:
Não ultrapasse
5% do teto da campanha



Regras do período eleitoral



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Mensagem de veto

(Vide Decreto nº 7.791, de 2012)

(Vide ADIN Nº 5.889)

Vide Emenda Constitucional nº 97, de 2017

Estabelece normas para as eleições.

O VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 57-C. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes. (Redação dada pela Lei nº 13.488, de 2017)

Considerado eleito o candidato a Presidente ou a Governador que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 1º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados, considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 2º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 3º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer em segundo lugar mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

§ 4º A eleição do Presidente importará a do candidato a Vice-Presidente com ele registrado, o mesmo se aplicando à eleição de Governador.

Art. 3º Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver a maioria dos votos, não computados os em branco e os nulos.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Mensagem de veto
(Vide Decreto nº 7.791, de 2012)
(Vide ADIN Nº 5.889)
Vide Emenda Constitucional nº 97, de 2017

Estabelece normas para as eleições.

O VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 57-C. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes. (Redação dada pela Lei nº 13.488, de 2017)

Considerado eleito o candidato a Presidente ou a Governador que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 1º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados, considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 2º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 3º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer em segundo lugar mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

§ 4º A eleição do Presidente importará a do candidato a Vice-Presidente com ele registrado, o mesmo se aplicando à eleição de Governador.

Art. 3º Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver a maioria dos votos, não computados os em branco e os nulos.



O que é permitido



Priorização paga de conteúdos resultantes de aplicações de busca na internet = link patrocinado no Google



Impulsionamento de conteúdo em redes sociais



O que **não**
é permitido



Banners em sites

NEM DE GRAÇA!



Publiteratoriais



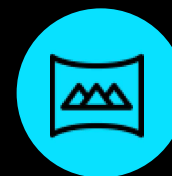
Atenção com posicionamentos automáticos de anúncios



Rede de parceiros



Aplicativos



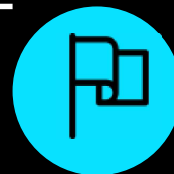
Display em sites



Vedada a realização de
propaganda negativa



Quem
pode pagar



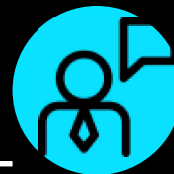
Partido



Candidato



Coligação



**Representantes
legais***

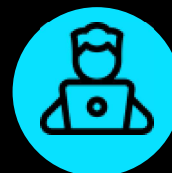
(administrador financeiro da
respectiva campanha)*



**Quem NÃO
pode pagar**



Apoiadores



Agência



Familiares





Deverá conter, de forma clara e legível, o número do CNPJ ou o CPF do responsável, além da expressão "propaganda eleitoral".

PROPAGANDA ELEITORAL
CNPJ DO CANDIDATO 00.000.000.0001-00

As regras das plataformas







<https://olhardigital.com.br/2021/04/15/internet-e-redes-sociais/diretrizes-do-tiktok-nao-permitem-propaganda-politica-paga-no-brasil/>



Requisitos para anúncios sobre Eleições ou política no Brasil

Link para consulta

Meta for business

<https://www.facebook.com/business/m/one-sheeters/ads-with-political-content-brazil>

Google

https://support.google.com/adspolicy/troubleshooter/9973345?hl=pt&authuser=6&ref_topic=9646742



Identificação do usuário

Não é selo azul!



Faça já!!



**Autenticação de dois
fatores**



**Envio de documentos
de identificação**

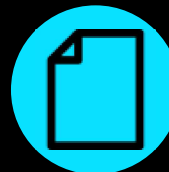


**Confirmação de
residência no Brasil**

Faça quando tiver o CNPJ!



**Identificação
do pagador**

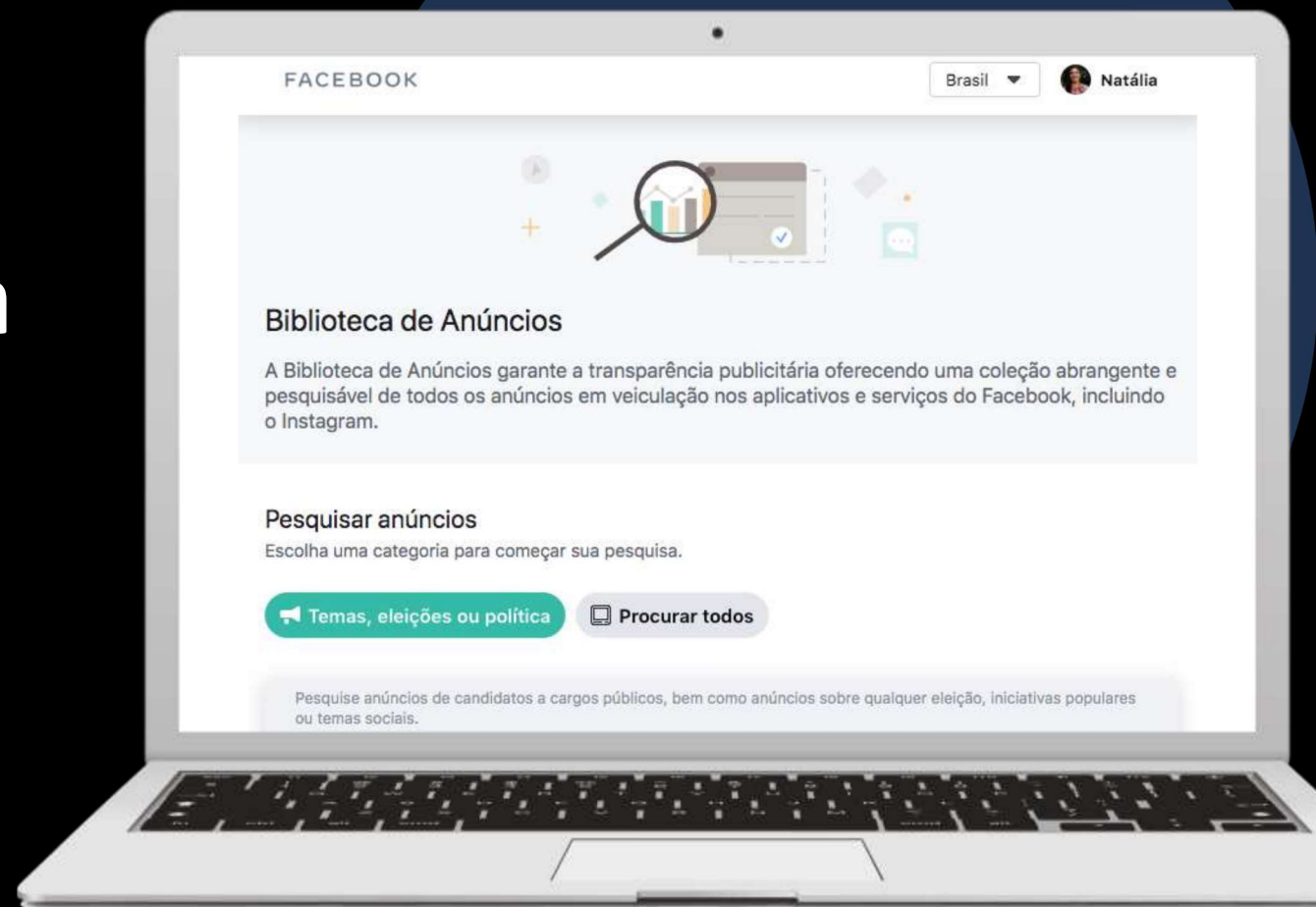


Cadastrar os dados do CNPJ da campanha para rotulação de anúncios



Biblioteca pública

<https://www.facebook.com/ads/library/>



Biblioteca pública

<https://transparencyreport.google.com/political-ads/region/US>

